

# Uma polêmica *plástica* para o Plano Piloto

**Claudia Afflalo**  
Da equipe do Correio

Uma nova polêmica sobre Brasília está na praça. Trata-se de um concurso para reformular o centro da cidade.

O urbanista Lúcio Costa, criador do Plano Piloto, é contra. O advogado Carlos Castelo Branco diz que é ilegal e o arquiteto Carlos Magalhães ameaça processar o Governo do Distrito Federal caso seja levada adiante a idéia.

Intitulado *Brasília Centro Vivo* e promovido pela secretaria de Obras, o concurso está previsto para ser lançado em setembro. Poderão participar arquitetos de todo o país.

A legalidade da iniciativa, contudo, está sendo questionada. Para o advogado Guilherme Castelo Branco e o arquiteto Carlos Magalhães, o concurso é ilegal.

Magalhães, ex-secretário de Obras do governo José Aparecido e chefe do escritório de Oscar Niemeyer no Rio por 13 anos, diz que vai processar o governo popular de Cristovam Buarque caso a proposta seja levada adiante.

O secretário de Desenvolvimento Urbano, arquiteto Paulo Bicca, é o autor da idéia. Segundo ele, o governo quer escolher um projeto de um arquiteto para promover mudanças nos setores comercial, bancário, hoteliro, hospitalar, de autarquia, de diversão e de rádio e TV. Tanto da Asa Sul quanto da Asa Norte.

"A intenção é romper com o tombamento da cidade. É tudo uma

pressão da especulação imobiliária. Esse concurso fere o direito autoral de Lúcio Costa. Já houve um projeto vencedor e foi o dele", afirma Magalhães.

**Direitos** — Castelo Branco concorda com o arquiteto. "A promoção de um concurso em âmbito nacional, que vise à escolha de projeto arquitetônico para a reforma da área central de Brasília, fere os direitos do autor."

O advogado também diz que o GDF não tem competência para realizar a escolha de um projeto que modifique a área central do Plano Piloto porque o tombamento de Brasília, além de ser federal, impede essas transformações.

A Portaria número 314 do antigo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — Iphan), de 8 de outubro de 1992, regulamenta o tombamento de Brasília.

**Defesa** — Paulo Bicca, criador do concurso, se defende afirmando que ninguém fará qualquer alteração no projeto original de Lúcio Costa.

"Temos uma comissão, que reúne sete órgãos do governo e professores da UnB, para estudar detalhadamente o assunto. Só daqui a 15 dias teremos um termo de referência para dar os parâmetros aos concorrentes", explica.

Para Bicca, "o centro da cidade não corresponde mais às expectativas das pessoas. O tombamento não pode engessar totalmente a cidade", diz Bicca.

Eraldo Peres



Visto do alto, o espaço do Plano Piloto ainda é poético. Lá embaixo, os problemas urbanos se multiplicam dia a dia

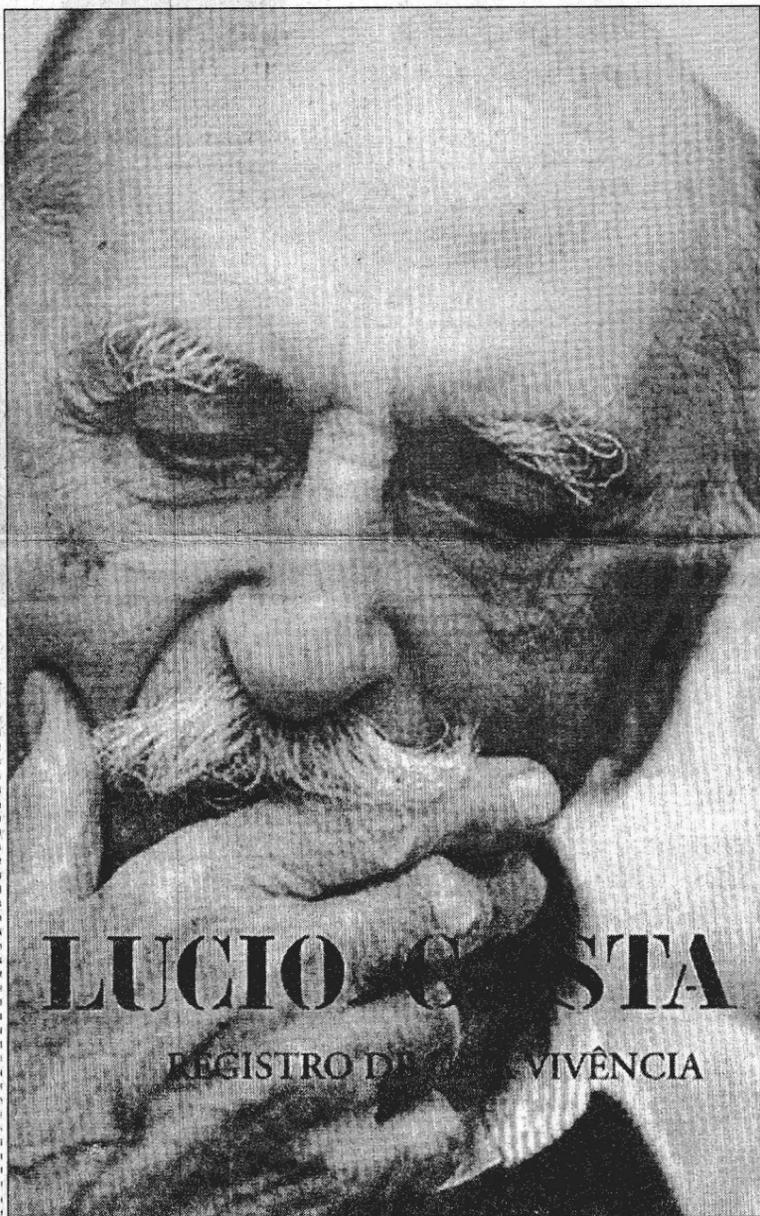
## CASO DE AMOR

"Brasília merece respeito. É preciso acabar com esse jogo do 'gosto-não-gosto' e com essa balda intelectual de fazer frases pejorativas. O que é preciso agora é compreendê-la. Trata-se de uma cidade não concluída e, como tal, necessita de muita coisa. O que espanta não é o que lhe falta, mas o que já tem."

O que ocorre em Brasília e fere nossa sensibilidade é essa coisa sem remédio, porque é o próprio Brasil (...), com seus aspectos positivos e negativos, mas é também testemunha da nossa força viva latente.

Do ponto de vista do tesoureiro, do ministro da Fazenda, a construção da cidade pode ter sido mesmo insensatez, mas do ponto de vista do estadista, foi um gesto de lúcida coragem e confiança no Brasil definitivo. E a autonomia e não vassalagem de seu urbanismo e de sua arquitetura, como mundialmente reconheceu a Unesco ao transformar tão jovem cidade em Patrimônio da Humanidade, é a prova de que trilhamos o caminho certo."

(Trecho publicado em *O Estado de S. Paulo*, em 13/01/88, e reproduzido no livro)



**LUCIO COSTA**

REGISTRO DE UMA VIVÊNCIA

Lúcio Costa levou dez anos para concluir Registro de uma Vivência